

Comunicação indígena e a crise climática no Sul Global

A práxis de midiativistas indígenas brasileiros

Indigenous Communication and The Climate Crisis in The Global South

The Praxis of Brazilian Indigenous Media Activists

Cláudia Herte de Moraes

Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Santa Maria/RS, Brasil

Carine Massierer

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre/RS, Brasil

Patrícia Kolling

Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Araguaia, Barra do Garças/MT, Brasil

Resumo

Este artigo analisa a práxis da comunicação indígena brasileira diante dos desafios comunicacionais impostos pela crise climática no Sul Global. A partir de uma perspectiva decolonial e do conceito de cosmopolítica, investigamos como midiativistas indígenas reconfiguram o comunicador, o meio e a mensagem para disputar os sentidos da emergência ambiental e do iminente colapso ecológico. A pesquisa, de natureza qualitativa e baseada em análise de conteúdo de falas públicas de 20 comunicadores, demonstra que essa prática transcende o ativismo convencional, atuando como um esforço para "sustentar o céu" contra a lógica extrativista. Concluímos que a proposta de "indigenizar" a comunicação oferece caminhos para a justiça climática e para o fortalecimento de uma ecologia de saberes capaz de responder às crises contemporâneas e desafiar as dicotomias ocidentais.

Palavras-chave: Comunicação decolonial. Midiativismo indígena. Crise climática. Sul Global.

Abstract

This article analyzes the praxis of Brazilian Indigenous communication in the face of the communicational challenges imposed by the climate crisis in the Global South. Drawing from a decolonial perspective and the concept of cosmopolitics, we investigate how Indigenous media activists reconfigure the communicator, the medium, and the message to contest the meanings of the environmental emergency and the imminent ecological collapse. This qualitative research, based on content analysis of public speeches by 20 communicators, demonstrates that this practice transcends conventional activism, acting as an effort to “hold up the sky” against extractivist logic. We conclude that the proposal to “indigenize” communication offers pathways toward climate justice and the strengthening of an ecology of knowledges capable of responding to contemporary crises and challenging Western dichotomies.

Keywords: Decolonial communication. Indigenous media activism. Climate crisis. Global South.

Introdução

A comunicação sobre mudanças climáticas é compreendida como um processo social e político que ultrapassa a transmissão de informações científicas (Girardi, 2025), tornando-se um espaço de disputa onde narrativas hegemônicas são tensionadas por abordagens que evidenciam desigualdades e conflitos territoriais. Na esteira da complexidade ambiental e comunicacional, este artigo busca compreender a contribuição indígena para o pensamento comunicacional, argumentando que as práticas dos midiativistas no Brasil não são meros atos de resistência, mas a efetivação de uma ontologia relacional distinta, uma cosmopolítica, que desafia as dicotomias fundacionais da teoria da comunicação ocidental, como natureza/cultura e sujeito/objeto (Viveiros de Castro, 1996).

Historicamente, a mídia hegemônica não valorizou os povos indígenas como fontes e suas vozes foram por muito tempo mediadas por agentes estatais ou da sociedade civil (Kaseker; Ota, 2023). O protagonismo recente, impulsionado pelas novas tecnologias, começa a reverter este cenário (Moraes, Kolling e Massierer, 2022). Nossa reflexão se dá na perspectiva filosófica de Paulo Freire, para quem “se o momento já é o da ação, esta se fará autêntica práxis se o saber dela resultante se faz objeto da reflexão crítica” (Freire, 2013, p. 73). Portanto, a partir da análise da práxis da comunicação indígena como uma “teoria do fazer” (Freire, 2013, p. 172), o texto encoraja a reflexão para um deslocamento profundo. Nossa questão de pesquisa é pensar de que forma a cosmovisão dos comunicadores indígenas pode contribuir para

um modelo a partir do qual seja possível “indigenizar” a comunicação, inclusive para responder de forma direta aos desafios epistêmicos e ambientais do nosso tempo.

Percurso metodológico e postura ética

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa (Minayo, 1994), combinando a pesquisa documental com a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) para investigar a práxis comunicacional de midiativistas indígenas no Brasil. O corpus de análise, composto por falas públicas de 20 comunicadores indígenas brasileiros, é constituído por nove vídeos, que totalizam aproximadamente 12 horas de material audiovisual, publicados entre junho de 2017 e junho de 2022 nas plataformas YouTube e Facebook. A seleção do material partiu de uma busca com as expressões “comunicadores indígenas”, “entrevista com comunicadores indígenas” e “etnomídia indígena”, seguida de uma “leitura flutuante” (Bardin, 2011). Foram selecionados os materiais com falas diretas sobre suas próprias práticas, lutas e cosmovisões.

O processo analítico foi estruturado em duas camadas. A primeira, detalhada no trabalho preliminar apresentado no 16º Congresso da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (Alaic), consistiu na organização do conteúdo transcrito em unidades de registro temáticas, que apontaram para os eixos do midiativismo¹, da etnomídia e da luta por direitos, em que “a visão dos ancestrais e das culturas de cada povo estão impregnados no agir comunicativo dos comunicadores, constituindo-se como riqueza da comunicação indígena e da etnomídia” (Moraes *et al.*, 2022, p. 4154). O presente artigo avança para uma segunda e mais profunda camada de análise. Nesta fase, as categorias temáticas iniciais foram reexaminadas e ressignificadas à luz do arcabouço teórico decolonial, mobilizando conceitos como o Perspectivismo Ameríndio (Viveiros de Castro, 1996), a matriz da colonialidade do poder/saber/ser (Quijano, 2005) e a cosmopolítica (Kopenawa; Albert, 2015). Esta reabertura e ruptura decolonial é o que podemos ver ao analisar o midiativismo indígena. Portanto, nosso objetivo não é apenas descrever o que os comunicadores dizem, mas mostrar como suas práticas e discursos efetivamente desafiam e oferecem alternativas aos pilares da teoria da comunicação ocidental. Essa abordagem permite construir uma análise aprofundada que, informada pelo perspectivismo ameríndio, possibilita gerar contribuições teóricas para “indigenizar a comunicação”.

¹ Entendemos o midiativismo como “ações de comunicação e jornalismo relacionadas ou aliadas aos movimentos sociais, que possuem forte atuação em rede social e com grande uso das tecnologias digitais, com objetivo de construir uma narrativa própria e diferenciada em relação àquela da comunicação hegemônica” (Moraes; Fante, 2018, p. 336).

O foco do estudo é aprofundar a análise de um corpus delimitado (comunicadores com destaque em redes digitais entre 2020 e 2022) para identificar pontos de conexão em suas falas, práxis e teoria. Para melhor precisão e compreensão dos cruzamentos feitos em nossa reflexão, no Quadro 1 apresentamos os nomes de midiativistas indígenas (*corpus empírico*) e de teóricos indígenas (referências teóricas).

Quadro 1

MIDIATIVISTAS INDÍGENAS CITADOS (vídeos e lives)	REFERÊNCIAS
Anápuaka Muniz Tupinambá	Anápuaka, T., 2021
Erisvan Guajajara	Guajajara, E., 2021a Guajajara, E., 2021b Guajajara, E., 2021c
Graciela Guarani	Guarani, G., 2020
Daiara Tukano	Tukano, D., 2021
Yago Kaingang	Kaingang, Y., 2022
Alexandre Pankararu	Pankararu, A., 2020
Raquel Paris	Paris R., 2022
Ingrid Sateré Mawé	Sateré Mawé, I., 2022
Samela Sateré Mawé	Sateré Mawé, S., 2021a Sateré Mawé, S., 2021b
Eric Marky Terena	Terena, E., 2021
INDÍGENAS TEÓRICOS CITADOS (textos)	
Gersem dos Santos Luciano Baniwa	Baniwa, G. dos S. L., 2006
Davi Kopenawa	Kopenawa, D; Albert, B, 2015
Ailton Krenak	Krenak, A., 2018 Krenak, A., 2019
Ariane Susui dos Santos Lima	Lima, A. S. dos S., 2022
Gasparini Kaingang	Kaingang (<i>apud</i> Sartoretto & Caffagni, 2022)

Referências indígenas empíricas e teóricas

Fonte: Elaboração das autoras

Como pesquisadoras não indígenas, assumimos uma postura de aprendizes e aliadas. Este trabalho não pretende “dar voz” aos comunicadores, mas repensar o instrumental teórico em diálogo com suas práxis autônomas, visando a ampliar a descolonização do campo comunicacional.

Cosmovisões indígenas para impedir a queda do céu

Para compreender a profundidade da práxis comunicacional indígena, é preciso, primeiro, diagnosticar a estrutura de poder que ela confronta. Aníbal Quijano (2005) define “colonialidade do poder” como uma matriz de dominação que persiste e hierarquiza o mundo com base na ideia de “raça”. Essa matriz não é apenas política ou econômica; ela se manifesta como uma colonialidade do saber, que impõe o

eurocentrismo como única epistemologia válida, e como uma colonialidade do ser, que nega a plena humanidade aos povos colonizados. Parte da ideia de superioridade colonial e, sendo superiores, eram eles os que tinham conhecimento para falar, para ensinar, escrever a história, para dominar e controlar; e aos colonizados sobrava o lugar de ouvir, obedecer, aprender (Maldonado-Torres, 2019, p. 33).

Esta forma de dominação, persistente mesmo após o fim do Brasil Colônia, pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que sobrevive à extinção das colônias formais. A reprodução do pensamento da colonialidade repercute em todos os âmbitos, inclusive nas relações com a natureza. A separação sociedade-natureza facilita a subjugação de outras formas de vida ao entender como natural a superioridade da espécie humana, um pilar central e uma separação radical.

A ruptura radical com esta matriz colonial se dá no plano ontológico, por meio do que Eduardo Viveiros de Castro (1996) denominou Perspectivismo Ameríndio. Trata-se de uma ontologia comum a muitos povos do continente, que opera de forma inversa à ocidental. Em vez do multiculturalismo (uma natureza universal, múltiplas culturas), o pensamento ameríndio propõe uma unidade do espírito (todos os seres, humanos e não-humanos, são “gente”, possuem alma e se veem como humanos) e uma multiplicidade de naturezas (os corpos, que determinam as diferentes perspectivas e mundos). Como consequência, a distinção entre natureza e cultura se dissolve.

O perspectivismo é entendido como uma forma de descolonizar o pensamento, servindo não para descrever os mundos ameríndios, mas para tornar viável pensar no que pode ser, tornar plausível, indo além de pensar sobre, mas com os indígenas (Maciel, 2019). A cosmovisão indica uma forma de conhecimento orgânica e sistêmica, maior que a soma das partes, e presente no cotidiano de comunidades e sociabilidades.

A discussão sobre cosmovisão é um ponto de partida importante para a compreensão da forma e do conteúdo da práxis comunicacional indígena, que indica uma totalidade de visão, uma forma de conhecimento orgânica ou um organismo de conhecimento. Como organismo irreduzível às ciências tradicionais, ela extrapola o saber teórico e toma parte das instituições e ações cotidianas. Essa ontologia relacional se traduz diretamente em uma práxis política, ou melhor, cosmopolítica, como na obra de Davi Kopenawa & Bruce Albert, *A queda do céu* (2015). Nela, o trabalho dos xamãs é descrito como um esforço contínuo para “sustentar o céu”, impedindo que ele desabe sobre todos, indígenas e não indígenas, como resultado da destruição da floresta pelo “povo da mercadoria”. A luta, portanto, não é apenas pela demarcação de uma terra-recurso, mas pela manutenção do próprio cosmos. “A floresta está viva. Só vai

morrer se os brancos insistirem em destruí-la. [...] Quando não houver mais nenhum deles [xamãs] vivo para sustentar o céu, ele vai desabar” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 6).

O epistemicídio, configurado pela destruição sistemática dos saberes dos povos subjugados, é considerado um conceito central em autores como Boaventura de Sousa Santos (2009) e Sueli Carneiro (2005). Como define Carneiro (2005, p. 97), na desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, há “uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta [...]”. A resistência a essa destruição encontra formulação propositiva na ideia de uma “ecologia de saberes” (Santos, 2009), pois não se trata de rejeitar a ciência ocidental, mas de reconhecer seus limites e a validade de outros conhecimentos para outros fins.

Este arcabouço teórico, que articula a crítica à colonialidade, a alternativa ontológica do perspectivismo, sua manifestação na cosmopolítica e a proposta da ecologia de saberes, nos permite analisar a comunicação indígena como uma práxis que, ao mesmo tempo em que luta por direitos, oferece uma profunda reflexão sobre as práticas comunicativas adotadas no mundo capitalista.

Cosmopolítica e decolonialidade na comunicação indígena

Compreender perspectivas que extrapolam o pensamento hegemônico é essencial para buscar formas de coexistência que desafiem a dicotomia entre humanidade e natureza, pilar fundante do pensamento ocidental e da superexploração capitalista.

A perspectiva decolonial propõe “o dismantelamento das relações de poder e concepções de conhecimento que fomentem a reprodução das hierarquias de raça, gênero e geopolíticas que se originaram ou encontraram novas e mais poderosas formas de expressão no mundo moderno/colonial” (Maldonado-Torres, 2006, p. 117). Portanto, a decolonialidade é o reconhecimento de múltiplas e heterogêneas diferenças coloniais, bem como de suas consequências para humanos e não humanos. Bernardino-Costa e Grosfoguel (2016, p. 19) reforçam que as fronteiras, pela perspectiva do projeto decolonial, não são somente o espaço onde as diferenças são reinventadas; são também *loci* enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos, abrindo-se para a escuta das múltiplas vozes e saberes. É justamente essa escuta e a valorização de outros “*loci* enunciativos” que a práxis comunicacional indígena efetiva.

“Todos formamos uma cadeia única e sagrada de vida, por isso, a atitude de respeito em relação à natureza”, reforça o escritor indígena Baniwa (2006, p. 101). Portanto, para os povos indígenas, é inconcebível pensar na exploração dos recursos naturais, que a terra e a floresta sejam exauridas, com padrões não sustentáveis. O território não se trata de um bem material e de uso individual, mas de um ambiente de uso coletivo, “(...) em que se desenvolvem todas as formas de vida” (Baniwa, 2006, p. 101).

No território indígena está um conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, tradições que garantem a possibilidade e o sentido da vida individual e coletiva. Terena (2021) comenta na cosmovisão indígena: “Falar sobre populações indígenas, mudanças climáticas e proteção territorial está tudo interligado”. A busca por protagonismo dos povos indígenas nas cúpulas do clima faz parte da percepção de que seus saberes tradicionais são alternativas de enfrentamento à crise climática, como guardiões das florestas e da vida.

Mais do que a conexão entre os seres, a manutenção da vida no planeta está “na relação equilibrada entre cultura tradicional e ecossistemas naturais” (Baniwa, 2006, p. 100). Desta forma, como diz a comunicadora indígena Raquel Paris (2022), de Kariri (CE), o desmatamento de um bioma, como a Caatinga, faz desaparecer “(...) os saberes, os conhecimentos, os povos, os biomas e todo um conhecimento que existe”. Em *Para adiar o fim do mundo*, Krenak (2019) nos conta da anciã que conversa com a pedra como se conversasse com a sua irmã e da montanha que tem personalidade e que indica se o dia será bom ou ruim. O que para nós, não indígenas, pode parecer estranho para eles é natural e vital.

A compreensão da cosmovisão nos leva diretamente à dimensão política, ou melhor, cosmopolítica da comunicação indígena. A comunicação midiativista, ao denunciar o desmatamento e a destruição dos territórios, pode ser analisada como uma extensão contemporânea do trabalho xamânico de sustentar o céu. Pois, diante da crise ambiental, não se trata apenas de “informar”, mas de um ato político que visa a manter o equilíbrio de um mundo povoado por múltiplos seres, cuja existência está ameaçada pela “fumaça da mercadoria” (Kopenawa & Albert, 2015).

A comunicação indígena atua como uma lente interpretativa crítica, decolonial, diante da aceleração de eventos climáticos extremos. Enquanto a mídia hegemônica, por exemplo, trata as inundações catastróficas no Rio Grande do Sul ou as ondas de calor recordes como fatalidades isoladas ou estatísticas meteorológicas (Loose; Camana; Belmonte, 2017), o midiativismo indígena reinsere esses fenômenos em uma narrativa de continuidade histórica e cosmopolítica. Para esses comunicadores, o “céu que cai” —

conforme a cosmovisão Yanomami — manifesta-se materialmente na ruptura dos ciclos vitais, transformando a notícia em um chamado à resistência e à reconfiguração da nossa relação com a Terra.

A comunicação indígena, estudada por Ariane Susui dos Santos Lima (2022) em sua dissertação de mestrado, tem o compromisso com as causas das comunidades, das regiões e da luta por direitos dos povos indígenas. Os comunicadores, mais do que conhecimentos técnicos, precisam estar imersos na luta do movimento indígena. São ativistas, como destaca a jornalista indígena Marcia Fernandes (*apud* Lima, 2022, p. 110): “A comunicação indígena é nossa arma, é estratégia né, porque quem está nas comunidades somos nós, os comunicadores; somos nós que estamos ali no dia a dia vivenciando e, por isso a importância da comunicação nossa, pois conseguimos falar sobre nossas causas tanto para dentro e quanto para fora das nossas comunidades”.

A Rede de Comunicação Wakywai, estudada por Ariane Susui dos Santos Lima (2022), é formada por 35 comunicadores de sete regiões do Estado de Roraima. Esta rede é uma das muitas que, com as novas tecnologias e o protagonismo indígena, se constituíram nos últimos anos, fazendo frente à comunicação hegemônica que, durante muitos anos, não permitiu aos povos indígenas falarem. “Wakywai”, em língua Wapichana, significa em português “nossa notícia”. Uma comunicação, conforme a autora, que valoriza teorias e conceitos de estudiosos mas que não deixa “de valorizar os saberes tradicionais de nossos povos e nossas vivências também na área, de maneira que na base desse diálogo existe um paradigma (expressão aprendida na academia) maior que é a coerência/resistência com a nossa cosmovisão e o respeito às diferentes culturas” (Lima, 2022, p. 62).

O princípio da rede é ser uma frente de ativismo indígena, articulando conteúdos para a defesa dos direitos dos povos indígenas por meio da comunicação. Os diversos coletivos se constituíram para que as pautas indígenas fossem abordadas pela própria perspectiva indígena. A comunicação torna-se um ato cosmopolítico de “sustentar o céu”, conforme detalhamos nesta seção, abordando as reconfigurações em termos de comunicadores, meios e mensagens, articulando uma contribuição relevante para o pensamento comunicacional decolonial.

O comunicador reconfigurado no agente cosmopolítico coletivo

“Sem a terra, sem o nosso território, a gente deixa de existir, mas (...), se a gente não proteger a mãe natureza, acaba a vida no planeta Terra”, ressalta Yago Kaingang (2022). A garantia ao território passa pela demarcação de terras no Brasil: “Enquanto a gente não resolver a questão da demarcação de terras no Brasil, não se resolve nada” (Anápuàka, 2021). Ingrid Sataré Mawé (2022) complementa dizendo que as pessoas

precisam compreender o que é a luta por esses territórios: “a gente está lutando por todos os seres humanos, por tudo que habita essa terra”. O pensamento sistêmico e complexo fortalece a perspectiva do coletivo de que todos somos um só planeta. Guajajara (2021c) reforça essa perspectiva: “Nossos territórios não são só para a sobrevivência dos povos indígenas, porque a luta dos nossos guerreiros e anciãos não garante somente a vida dos povos indígenas, mas a vida do planeta e da humanidade”. A artista e comunicadora Daiara Tukano (2021) destaca que a relação dos povos indígenas com o planeta é “distinta da relação de exploração, de racismo, de todas as fobias, da violência, do capitalismo, que separa a humanidade de uma relação de afeto com a vida, com o próprio planeta”.

O pensamento na coletividade se estende a todas as esferas, tanto que, nas sociedades indígenas, a terra e os recursos naturais pertencem à comunidade, assim como o trabalho é coletivo e o resultado desse trabalho é distribuído aos membros do grupo (Ramos, 1988). Ao trazermos esse aspecto para a análise da prática e reflexão comunicacional realizada pelos povos indígenas (e seu midiativismo), percebemos que é um trabalho realizado em rede, de maneira colaborativa. Os principais grupos de comunicação indígenas são coletivos que integram indígenas de diferentes etnias, com diferentes conhecimentos. É um trabalho colaborativo e não competitivo.

Como a Rede Wakiway, temos o coletivo Mídia Indígena, que reúne mais de 100 colaboradores do Brasil todo. O jornalista e comunicador Erisvan Guajajara (2021b), um dos fundadores do Mídia Indígena, acredita que a comunicação indígena rompe com estereótipos repassados pela grande mídia e apresenta novas narrativas. Ele destaca que é necessário dar visibilidade à luta e resistência dos povos indígenas, além de mostrar a riqueza cultural do Brasil. “São 305 povos com culturas diferentes, 274 línguas falantes (...), e a comunicação tem sido essencial para mostrar ao mundo a realidade que cada povo enfrenta em seus territórios” (Guajajara, 2021b). Essas narrativas são “protagonizadas pelas lideranças, caciques, anciãos, pelos nossos ancestrais conhecedores de cada povo; cada povo tem a sua especificidade” (Guajajara, 2021c).

Yago Kaingang (2022) cita exemplos das coberturas jornalísticas realizadas de forma colaborativa em Brasília e redes de comunicadores como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e a rede de comunicadores do Sul. O trabalho coletivo e em rede mostra a riqueza da diversidade. Yago ressalta que cada povo tem a sua forma de fazer comunicação: “O Kaingang é mais dinâmico, gosta de transmitir ao vivo, mostrar o que está acontecendo na hora. Já o Guarani primeiro observa e depois começa a fazer a cobertura de vídeo ou texto, no seu tempo” (Kaingang, 2022).

Lima (2022, p. 62) reforça que, para os interesses indígenas, os processos de comunicação são mais abrangentes:

(...) as formas alternativas de comunicação também não são uma coisa só. Existem conteúdos diferentes da grande mídia que não se assemelham com os nossos objetivos e à nossa forma de ver o mundo (cosmovisão indígena). Logo, os estudos que podem nos orientar também devem incluir uma proposta comunitária e cidadã, baseada numa construção coletiva e horizontal, onde todos os comunicadores indígenas são importantes e vivem uma experiência comum que precisa ser transformada (Lima, 2022, p. 69).

Essa prática comunicacional promove uma reconfiguração ontológica. Em oposição direta à colonialidade do ser, que torna o sujeito individualista e desenraizado, o comunicador indígena emerge não como um autor isolado, mas como um ponto de articulação de uma “pessoa coletiva”, que inclui ancestrais, comunidade e outros-que-humanos, incorporando animais, plantas e outros elementos da natureza, “células que conseguem transmitir, através do tempo, visões diferentes do mundo” (Krenak, 2019, p. 10). Isso reforça o que Boaventura de Sousa Santos (2009, p. 471) nomeia de ecologia dos saberes, “uma dimensão epistemológica de uma solidariedade, de tipo novo entre atores ou grupos sociais”.

Nessa perspectiva, a solidariedade assume um papel diferenciado, em que a diversidade interna é valorizada e cada grupo age com base em suas próprias razões e autonomia. É necessário considerar as diferentes formas de fazer e de entender o mundo, valorizando tanto o conhecimento científico como tantas outras formas de sabedoria. Neste modo de pensar não existe uma única forma “certa”, mas uma dimensão complexa e plural dos saberes nos coletivos, um verdadeiro diálogo epistêmico.

O meio mais que técnica é mediação relacional

A comunicação indígena questiona profundamente se a informação pode ser transmitida ou não: “Nem tudo que a gente filma pode ser divulgado, porque tem alguns rituais sagrados que não podem ser divulgados” (Guajajara, 2021b). Yago Kaingang (2022) lembra uma mobilização em Brasília, em que os anciãos solicitaram que um ritual não fosse filmado nem fotografado. O pedido dos anciãos foi respeitado e todas as câmeras foram desligadas, conta ele. Ouvir os anciãos, que, conforme Guajajara, são as verdadeiras bibliotecas de saberes, é fundamental. Pedir licença para captar imagens ou divulgar rituais, entender a natureza como sagrada são aspectos que fazem um deslocamento importante do meio como simples técnica para um espaço de mediação relacional. Isso pode ser compreendido como um protocolo de comunicação interespecies, em que a câmera não é neutra, mas uma agente que precisa de permissão para entrar em relações com outros seres.

Yago Kaingang (2022) compreende a comunicação indígena como trajetória e vivência e como uma prática ancestral: “Quando a gente comunica algo sobre os nossos povos, estamos colocando o nosso olhar, a nossa vivência”. E compara: quando o indígena entra na mata, no rio ou no mar, precisa pedir licença. Assim também, “quando a gente comunica, a gente pede licença aos encantados”. Ele cita uma ocasião em que foi gravar em uma caverna, e nenhum dos seus aparelhos eletrônicos funcionava. Foi somente depois da fala da liderança indígena com os encantados que ele pôde gravar algumas imagens, com o celular. “A espiritualidade é algo muito forte para os povos indígenas, e algo que precisa ser considerado sempre” (Kaingang, 2022).

Os comunicadores ressaltam ainda a necessidade de, antes de produzir o material, discutir a pauta com a comunidade, seus líderes e anciãos e, depois do material produzido, mostrar ou dar retorno. “É importante mostrar ao parente antes de divulgar a publicação”, reforça Kaingang (2022), destacando que a comunicação precisa se importar com a outra pessoa.

As diferenças culturais, ao mesmo tempo que dão riqueza às produções, também são um obstáculo a ser superado: “Nós usamos uma linguagem popular, uma linguagem resumida, clara e objetiva para que os parentes possam compreender o que está acontecendo em Brasília e no contexto nacional. Vídeos curtos, podcasts, que são de fácil acesso, inclusive para quem tem pouco acesso à internet” (Guajajara, 2021b). Ingrid Sateré Mawé ressalta que a cobertura jornalística das questões indígenas é muito mais do que fazer uma fotografia ou uma live, é “se importar com cada coisa que vai acontecendo naquele momento, que precisa ser registrado e passado da forma correta (...), se importar com o outro, com essa outra população, e o que a gente transmite através dos nossos olhos” (Mawé, 2022). Ela evidencia o fato dos povos indígenas terem um olhar diferenciado: “O nosso olhar para uma árvore é diferente, porque a gente se importa com aquela árvore, se importa com o que está ao nosso redor, sabemos que precisa ter um respeito”.

Novamente, a perspectiva de um todo integrado faz com que a comunicação produzida pelos povos indígenas não seja um trabalho apenas dos jovens comunicadores, pois valoriza os saberes tradicionais e ancestrais, realizados junto à comunidade, respeitando os saberes dos mais velhos. Para Sateré Mawé (2022), a atividade comunicacional exige muita responsabilidade: “Como a gente sabe escutar os mais velhos, a gente precisa de sabedoria para instruir os mais novos”. Por isso, diz, é fundamental que os mais jovens entendam que as tecnologias servem para “contar a nossa história sem perder o respeito que a gente tem com a ancestralidade”. Segundo Krenak (2019), esse vínculo profundo com a memória ancestral fortalece as populações e as prepara para as lutas cotidianas.

Graciela Guarani (2020) explica que eles têm “[...] a missão de usar o audiovisual do cinema para sair da invisibilidade. A gente sabe que a invisibilidade contribui para este genocídio indígena”. Ela complementa que fazem cinema “para nós indígenas porque a gente sabe que nossos parentes gostam de se ver”. Alexandre Pankararu (2020) comenta que os principais críticos dos filmes são as comunidades, os parentes que assistem, que criticam e que dão força, legitimidade e opiniões: “É uma realização fazer os filmes”. As falas se articulam com a síntese de Lima: “A comunicação nesse estágio tem a finalidade de construir e manter vínculos. Aquele que compartilha algo com alguém, em um processo recíproco. A comunicação se dá quando emissor e receptor se sentem como iguais, numa relação de interatividade entre ambos, pois comunicar é coabitar” (Lima, 2022, p.71).

A diversidade também se faz presente no conteúdo e nos formativos, pois cada povo tem sua forma diferenciada de narrar seus fatos e rituais, a essência da etnomídia. “Estamos ocupando espaços com estratégias que parecem diferentes, mas que são a mesma luta, para informar e sensibilizar” (Tukano, 2021). Segundo Terena (2021), o conteúdo do Mídia Indígena não tem um formato específico, e a produção vem incorporando novas ferramentas e tecnologias: “Se eu colocar um padrão, obriga todo mundo a ter um tipo de pensamento e de produção, e o bonito é que cada um produz conforme a sua sabedoria, o seu cotidiano e o que sabe sobre comunicação”. O comunicador indígena Gasparini Kaingang (*apud* Sartoretto; Caffagni, 2022), também do coletivo Mídia Indígena, argumenta:

A gente tenta respeitar ao máximo essa pluralidade quando recebemos as notícias de todos os povos. Temos mais de 100 colaboradores no Mídia Indígena hoje. Quando recebemos as notícias, vamos publicando e respeitando aquilo que o colaborador quer dizer. É assim que buscamos respeitar a pluralidade dos povos dentro das nossas redes (Kaingang, 2020 *apud* Sartoretto; Caffagni, 2022).

Daiara Tukano destaca ainda que, ao mostrar aos outros a cultura indígena, e “também a nós mesmos a nossa beleza — a importância da nossa cultura e a força do nosso espírito — nos traz uma força, nos fortalece”. Ela acredita que os povos indígenas estão num momento de crescimento cultural e espiritual e compartilhando de maneira muito generosa isso com o mundo, que é possível acreditar na vida. “Além de falar que somos bonitos, mostrar que existe um encanto, um poder de transformação para além da natureza, que pode nos ajudar como humanidade a abraçar o mundo” (Tukano, 2021). Para ela, a grande força indígena está na união de todos os povos:

Para nos comunicar, somos floresta reunida. Pensa numa floresta: não se faz de uma árvore só. Uma árvore se comunica com as outras por meio das suas raízes, dos seus frutos. Floresta é diversidade, traz uma memória, um bem-estar, saúde, que é o que conseguimos compartilhar entre nós como parentes. Portanto, sabemos trabalhar muito bem juntos dentro da diversidade, da pluralidade de ideias, de conteúdo, de contextos, de estratégias, de enfrentamentos, para trazer uma coisa que eu enxergo como prosperidade (Tukano, 2021).

A mensagem como luta contra a colonialidade do saber e do poder

Os comunicadores indígenas tornam-se protagonistas da sua própria comunicação, lutando contra o epistemicídio, tendo participação ativa, principalmente na internet, mas também em diversos espaços jornalísticos tradicionais. Para tal, incorporaram os conhecimentos das linguagens comunicacionais, com câmeras fotográficas, filmadoras, celulares e computadores. A autonomia e o protagonismo na comunicação têm sido determinantes para que as pautas indígenas sejam conhecidas pela população e que muitos direitos possam ser conquistados (Kolling, 2024).

Samela Sataré Mawé (2021b) reforça: “Já chega das pessoas contarem para a gente o que nós somos, o que nós sabemos, tentar contar a nossa história, sabendo que nós mesmos podemos ser protagonistas”. Complementa que apenas os indígenas podem “mostrar o que está acontecendo com o nosso povo, nossa cultura e nossa identidade”. A comunicadora destaca também o diferencial das “bandeiras de luta” serem repassadas por quem as vivencia: “Vimos que, se não fosse a nossa grande rede de comunicação, as denúncias que estão acontecendo nos territórios, como as do povo Yanomami, do povo Munduruku, os assassinatos, eles não seriam notícia na grande mídia”.

Essa é uma forma de quebrar a dinâmica de relacionamento abusivo “em que os outros se apropriam da nossa cultura, das nossas palavras e se colocam como protagonistas o tempo inteiro”, acredita Daiara Tukano (2021). Ela explica que é abusivo interpretar que “os povos indígenas não fossem capazes de falar e agir por si”. Neste sentido, ela afirma fazer parte de uma geração “que preza, constrói, cultiva essa autonomia. Falar de nós por nós mesmos, não falar de nós sem nós, e isso precisa acontecer em todos os espaços”.

Lima (2022) reforça que a comunicação indígena surge de uma necessidade de existir com a demarcação de telas como estratégia de resistência da organização política:

Não se trata, então, unicamente de uma visibilidade nos meios de comunicação e na mídia, é necessário junto com essa visibilidade expressar a nossa forma, porque nós indígenas temos o nosso próprio meio de comunicar, o qual chamamos de jeito tradicional. Não estamos falando de recusar os recursos tecnológicos, mas de usar as técnicas contemporâneas disponíveis para difundir a nossa diversidade étnica e para destacar a necessidade estratégica de cidadania e de emancipação (Lima, 2022, p. 61).

Daiara Tukano (2021) ressalta ainda que a comunicação realizada pelos povos indígenas mostra a realidade do indígena hoje, esse indígena do enfrentamento, que luta pelos direitos ao território, à cidadania, à saúde, ao meio ambiente, desmistificando os estereótipos do indígena do passado. É necessário mostrar que os povos indígenas existem e resistem.

Erick Torrico Villanueva (2019) chama essa comunicação de “ex-cêntrica”, aquela que rompe com o grupo “superior” e atravessa as fronteiras definidas pelo Ocidente, pensada a partir das experiências da subalternidade. Outros autores chamam de decolonial e outros ainda de anticolonial essa comunicação que rompe com padrões hegemônicos. Segundo Maldonado-Rivera *et al.* (2015), ela está inserida em uma produção de sistemas de pensamento que valorizam o ser humano e a natureza, validando o outro e superando as diferenças, possibilitando uma “teleologia da transformação das condições de dominação para assegurar a libertação dos oprimidos” (p. 172). Segundo os autores, desenvolvendo uma “outra comunicação”. Desta forma, visualizamos uma comunicação que traz as pautas de interesses indígenas para o debate social e que envolve a sociedade como um todo.

A comunicação é essencial para denunciar as violências cometidas dentro dos territórios indígenas, os retrocessos nos direitos e também as mobilizações e lutas, e isso pode ser ampliado com o acesso à internet. Nas principais manifestações, como o Acampamento Terra Livre, e nas lutas contra a aprovação do Marco Temporal e projetos de lei que impactam na vida dos povos indígenas, as ações de comunicação foram aliadas. “Usamos a comunicação como ferramenta de luta, para dar visibilidade à resistência dos povos indígenas” (Guajajara, 2021c). Essa luta pode ser lida como a disputa contra a colonialidade do poder (Quijano, 2005).

Em *Diferentes, desiguais e desconectados*, Néstor García Canclini (2009, p. 59-60) traz justamente para a teoria a questão relatada pela indígena, quando afirma: “As práticas dos povos originários revelam quantas vezes as diferenças culturais, em vez de se afirmarem como absolutas, inserem-se em sistemas nacionais e transnacionais de trocas, para corrigir a desigualdade social”. É o que acontece quando indígenas conseguem furar a bolha do capital comunicacional e passam a utilizar a internet para mostrar ao mundo a sua cultura, vivências, linguagem, processos e o seu jeito de ser, sem serem interceptados pela representação social que alguém tem deles. Uma forma de resistir e de resgatar os testemunhos de formas de vida e de experiências humanas, assim como de diminuir as desigualdades pelo poder de fala e escuta que os indígenas passam a ter.

Considerações finais

Ao longo do artigo, demonstramos que a práxis comunicacional dos midiativistas indígenas no Brasil transcende a mera denúncia ou o ativismo convencional. Analisada a partir de um referencial decolonial, ela se revela como uma potente intervenção ontológica e epistemológica que oferece caminhos concretos para a renovação do campo da Comunicação. A cosmovisão indígena, fundamentada em uma ontologia

perspectivista e multinaturalista, não é apenas um “tema” a ser comunicado, mas a própria matriz que reconfigura os elementos centrais do processo comunicacional.

Nossa análise evidenciou três reconfigurações fundamentais. Primeiro, a reconfiguração do comunicador, que se desloca do sujeito individualista e autônomo, produto da colonialidade do ser, para um agente coletivo e polifônico, um porta-voz de uma “pessoa coletiva” que inclui comunidade, território e ancestrais. Segundo, a reconfiguração do meio, que deixa de ser uma ferramenta técnica e neutra para se tornar um mediador em uma complexa rede de relações cosmopolíticas, cujo uso é regido por uma ética que reconhece a agência de seres outros-que-humanos. Por fim, a reconfiguração da mensagem, que se expande da transmissão de informação para um ato de defesa de mundos, uma luta cosmopolítica para “sustentar o céu” contra as forças da colonialidade e do extrativismo.

Ao realizar essas rupturas, a comunicação indígena não apenas critica a matriz colonial do poder, do saber e do ser; ela constrói, na prática, uma alternativa viável, uma “ecologia de saberes” em ação. Estudar essa práxis é mais que um exercício de análise sobre o “outro”. É uma oportunidade indispensável para descolonizar nosso próprio pensamento em direção a uma teoria da comunicação que dialoga com as urgências do presente e imagina outros futuros possíveis.

Aprendemos, nesta pesquisa, que a tentativa de encaixar os pensamentos indígenas em “caixas” acaba falhando. As falas deles são tão conectadas que foi complexo segmentá-las para a construção deste artigo; por isso, algumas ideias se repetem em nossas seções, pois os conceitos de comunicador, meio e mensagem são interconectados na cosmovisão indígena, assim como em sua relação com o território, a natureza, os seres sagrados. Mesmo com essa dificuldade de deslocamento interpretativo, como não indígenas, é possível perceber o grande impacto que o midiativismo indígena tem no pensamento comunicacional, como um novo lugar para “indigenizar” a comunicação.

O midiativismo indígena consolida-se como prática fundamental para a justiça climática ao permitir que coletivos afetados produzam suas próprias narrativas. Essa práxis desnaturaliza o racismo ambiental e fortalece mobilizações, reposicionando a comunicação como ferramenta estratégica para respostas inclusivas. Portanto, “indigenizar” a comunicação é indissociável da justiça climática. Concluimos que essa atuação transcende a dicotomia ocidental entre cultura e natureza, propondo um modelo de justiça focado na manutenção da vida e no fim da lógica exploratória no Sul Global.

Cláudia Herte de Moraes

*Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Poscom) da UFSM. Líder do
Grupo PET Educom Clima (CNPq/UFSM). Membro do Grupo Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS).*

Santa Maria/RS, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3233-311X>

E-mail: claudia.moraes@ufsm.br

Carine Massierer

*Doutoranda em Comunicação no PPGCOM/UFRGS e Assessora de Comunicação na
Emater/RS-Ascar. Integrante do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS),
Mestre em Comunicação e Informação e Especialista em Marketing/UFRGS.*

Porto Alegre/RS, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9231-3845>

E-mail: cmassierer@yahoo.com.br

Patrícia Kolling

*Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul. Docente do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato
Grosso (UFMT), Campus Araguaia. Integrante do Grupo Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS)*

Barra do Garças/MT, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1599-6344>

E-mail: patikolling@gmail.com

Referências

ANÁPUÀKA, T. **Indígenas On line**: as estratégias da Rede de Jovens Indígenas Comunicadores na defesa dos seus territórios. [S.l.]: Acampamento Terra Livre, 27 abr. 2021. Vídeo. Facebook. Disponível em: www.facebook.com/watch/live/?v=178448420797640&ref=watch_permalink. Acesso em: 10 jan. 2026.

BANIWA, G. dos S. L. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação; LACED/Museu Nacional, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GIRARDI, I. M. T. A responsabilidade do Jornalismo Ambiental na formação cidadã em tempos de emergência climática. **Diálogos, Soberania e Clima**, v. 4, p. 6-19, 2025.

GUAJAJARA, E. **Indígenas On line**: as estratégias da Rede de Jovens Indígenas Comunicadores na defesa dos seus territórios. [S.l.]: Acampamento Terra Livre, 27 abr. 2021a. Vídeo. Facebook. Disponível em: www.facebook.com/watch/live/?v=178448420797640&ref=watch_permalink. Acesso em: 10 jan. 2026.

GUAJAJARA, E. **Povos indígenas em diálogo**: etnocomunicação como ferramenta de luta contra a agenda anti-indígena. [S.l.]: Aba Antropologia, 28 jul. 2021b. Vídeo. Facebook. Disponível em: www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=2953823918210795. Acesso em: 10 jan. 2026.

GUAJAJARA, E. **Perspectiva indígena**: os povos tradicionais através da fotografia e do audiovisual. [S.l.]: IPAM Amazônia, 21 out. 2021c. Vídeo. YouTube. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=f5-J-OR_eJY&t=5s. Acesso em: 10 jan. 2026.

GUARANI, G. **Bate-papo sobre o filme ‘Nossa alma não tem cor’**. [S.l.]: Cineclub da Fundação Cultural Badesc, 23 jul. 2020. Vídeo. YouTube. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=t-1Vrw2w8a4. Acesso em: 10 jan. 2026.

KAINGANG, Y. **Curso jornalismo indígena para jornalistas não-indígenas**. [S.l.]: Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, 20 jun. 2022. Vídeo. YouTube. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=t_nj5E-9XWI. Acesso em: 10 jan. 2026.

KASEKER, M. P.; OTA, A. Y. O telejornalismo e o reconhecimento dos povos indígenas do Brasil como sujeitos comunicacionais. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, [S.l.], n. 152, p. 155-171, 2023. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/8962316.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2026.

KOLLING, P. A importância das notícias produzidas pelo movimento indígena na luta por direitos. **Intexto**, Porto Alegre, n. 56, e140580, 2024. DOI: <https://doi.org/10.19132/1807-8583.56.140580>.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. Um outro nome para as mudanças climáticas: “Tudo o que fere a terra fere aos filhos da terra”. In: LIMA, A.; FANZERES, A.; ALCÂNTARA, L. (org.). **Mudanças climáticas e a percepção indígena**. 2. ed. Cuiabá: Operação Amazônia Nativa, 2018. p. 20-23.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, A. S. dos S. **Comunicação indígena em Roraima e a criação de novas territorialidades digitais: Rede Wakywai, resistências e saberes amazônicos**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2022.

LOOSE, Eloisa Beling; CAMANA, Ângela; BELMONTE, Roberto Villar. A (não) cobertura dos riscos ambientais: debate sobre silenciamentos do jornalismo. **Revista Famecos**, v. 24, n. 3, p. 1-18, 2017.

MACIEL, L. da C. Perspectivismo ameríndio. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2019. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/perspectivismo-amerindio>. Acesso em: 10 jan. 2026.

MALDONADO-RIVERA, C. A.; REYES VELÁSQUEZ, C.; DEL VALLE RIVERA, C. Emergencia indígena, comunicación-otra y buen vivir: pensar la socio-praxis comunicativa de los pueblos indígenas. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, [S.l.], n. 128, p. 165-182, 2015.

MALDONADO-TORRES, N. Césaire's gift and the decolonial turn. **Radical Philosophy Review**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 111-138, 2006.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: COSTA, J. B. B.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MORAES, C. H.; FANTE, E. M. Uma cartografia do midiativismo ambiental em Porto Alegre. In: BRAIGHI, A. A.; LESSA, C. H.; CÂMARA, M. T. (org.). **Interfaces do midiativismo: do conceito à prática**. Belo Horizonte: CEFET-MG, p. 336-355, 2018.

MORAES, C. H.; KOLLING, P.; MASSIERER, C. Midiativismo indígena no Brasil em favor dos direitos e do clima. **Anais do Congresso da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIC)**, 16., 2022. Buenos Aires: ALAIC, 2022. p. 4140-4157. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/384867377_Midiativismo_indigena_no_Brasil_em_favor_dos_direitos_e_do_clima_-_XVI_Congreso_de_la_Asociacion_Latinoamericana_de_Investigadores_de_la_Comunicacion_ALAIC_2022. Acesso em: 1 maio 2026.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

PANKARARU, A. **Bate-papo sobre o filme 'Nossa alma não tem cor'**. [S.l.]: Cineclub da Fundação Cultural Badesc, 23 jul. 2020. Vídeo. YouTube. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=t-1Vrw2w8a4. Acesso em: 10 jan. 2026.

PARIS, R. **Curso jornalismo indígena para jornalistas não-indígenas**. [S.l.]: Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, 21 jun. 2022. Vídeo. YouTube. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=j7CscylZ7dA. Acesso em: 10 jan. 2026.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RAMOS, A. R. **Sociedades indígenas.** São Paulo: Ática, 1988.

SANTOS, B. de S. **Epistemologias do Sul.** Coimbra: CES, 2009.

SARTORETTO, P. M.; CAFFAGNI, L. G. L. Da representação cultural à mudança estrutural: o problema da comunicação indígena no Brasil. In: MILHOMENS, L. (org.). **Comunicação, questão indígena e movimentos sociais: reflexões necessárias.** [S.l.]: Alexa Cultural; EDUA, 2022.

SATERÉ MAWÉ, I. **Curso jornalismo indígena para jornalistas não-indígenas.** [S.l.]: Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, 20 jun. 2022. Vídeo. YouTube. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=t_nj5E-9XWI. Acesso em: 10 jan. 2026.

SATERÉ MAWÉ, S. **Indígenas on line: as estratégias da Rede de Jovens Indígenas Comunicadores na defesa dos seus territórios.** [S.l.]: Acampamento Terra Livre, 27 abr. 2021a. Vídeo. Facebook. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=yMJTI0G3qMg&t=4781s. Acesso em: 10 jan. 2026.

SATERÉ MAWÉ, S. **Povos indígenas em diálogo: etnocomunicação como ferramenta de luta contra a agenda anti-indígena.** [S.l.]: Aba Antropologia, 28 jul. 2021b. Vídeo. Facebook. Disponível em: www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=2953823918210795. Acesso em: 10 jan. 2026.

TERENA, E. M. **72 horas de jornalismo.** Universidade Católica Dom Bosco, 27 out. 2021. Vídeo. Facebook. Disponível em: www.facebook.com/ojornalismoucdb/videos/1012719899290521. Acesso em: 10 jan. 2026.

TORRICO VILLANUEVA, E. Para uma comunicação ex-cêntrica. **MATRIZES**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 89-107, set./dez. 2019. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i3p89-107>.

TUKANO, D. **Perspectiva indígena: os povos tradicionais através da fotografia e do audiovisual.** [S.l.]: IPAM Amazônia, 21 out. 2021. Vídeo. YouTube. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=f5-J-OR_eJY&t=5s. Acesso em: 10 jan. 2026.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-144, out. 1996. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200005>.

Recebido em: 12 de janeiro de 2026.

Aprovado em: 16 de março de 2026.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial (CC-BY-NC 4.0), que permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.